



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁGUA BRANCA

GILVANI PEREIRA ROSA

Diretor-Presidente de 15/12/2021 a 31/12/2021

INES GOMES SILVA

Diretora-Presidente (de 01/01/2021 a 14/12/2021)

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca

Gestor responsável: Ines Gomes Silva (01/01/2021 a 14/12/2021) – Decreto nº 9.155/2021, e Gilvani Pereira Rosa (15/12/2021 a 31/12/2021) – Decreto nº 9.590/2021.

Exercício: 2021

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Atividades para o exercício de 2021, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 9.325/2021, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa SCI Nº 06/2021, bem como em razão da regulamentação da Instrução Normativa 34/2015, Instrução Normativa 68/2020 e, Resolução 227/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Ressaltamos que a execução das atividades da Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2021 foram prejudicadas, em razão dos seguintes motivos:

- I. Ausência de quantidade de pessoal na estrutura do órgão da Unidade Central de Controle Interno (conforme será demonstrado no quadro de pessoal abaixo) suficiente ao atendimento a alta demanda das atividades inerentes as 04 (quatro) Unidades Gestoras do Município;
- II. Alta demanda de Notificações dos órgãos de Controle Externo, incluindo o Ministério Público Estadual, e a SECONT – Secretaria de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo;
- III. Insuficiência de carga horária da única servidora efetiva no cargo de Auditor Público Interno, formado em Ciências Contábeis que possui carga horária semanal de 20 (vinte) horas;

Denota-se que a Controladoria Geral do Município envidou esforços para no curso do exercício do ano de 2021, realizar o atendimento de todas as notificações dos órgãos de Controle Externo, além de realizar o Acompanhamento do e-SIC,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Monitoramento do Portal Transparência, atendimento ao canal de Ouvidoria, e adesão ao e-PREVENÇÃO.

É notório que, apesar do cumprimento parcial das atividades planejadas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2021, foram realizadas pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, avaliações da Unidade Gestora – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁGUA BRANCA - no que se refere aos pontos de controle contidos na Tabela Referencial 01 da IN 68/2020, de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme disposto abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	<u>Relatório de Auditoria do Processo nº 4621/2021</u> – parte patronal RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/02, art. 79 RPPS	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares	Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Patronal RPPS no exercício de 2021: Câmara Municipal R\$ 222.630,76 Fundo Municipal de Saúde R\$462.552,36 Prefeitura Municipal R\$1.723.539,92 Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal repassados ao RPPS no exercício de 2021 Período analisado: 12 meses
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias – Parte Servidor	RELGES Listagem de Arrecadação de Receitas do Instituto de Previdência no período de 01.01.2021 a 31.12.2021 Folha de Pagamento dos servidores.	CF/88, art.40. LRF, art .69. Lei 9.717/1998, art.1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal nº 523/2002	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Servidor RPPS no exercício de 2021: Câmara Municipal R\$ 90.763,90 Fundo Municipal de Saúde R\$ 188.576,48 Prefeitura Municipal R\$ 702.666,46 Período analisado:12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor repassados ao RPPS no exercício de 2021 Período analisado: 12 meses
1.2.5	Parcelamento de	DELQUIT	CF/88, art.40.	Verificar se os parcelamentos	Não há ocorrência de parcelamentos de	



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	débitos previdenciários	DOCSPAR	LRF, art .69. Lei 9.717/1998, art.1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/2002 RPPS	de débitos previdenciários; a)estão sendo registrados como passivo da entidade; b)estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c)se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo o ente devedor e como ativo no RPPS; d)se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e)se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	débitos previdenciários no exercício de 2021. Todas as contribuições previdenciárias foram devidamente recolhidas e repassadas ao RPPS no exercício de 2021. Período analisado: 12 meses	Período Analisado: 12 meses
1.2.8	Medidas de cobrança-Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	RELGES BALEXOR – Balanço Orçamentário Listagem de Arrecadação de Receitas do ABPREV	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Os valores retidos dos servidores foram recolhidos na sua integralidade no exercício de 2021 e repassados ao RPPS, não gerando medidas de cobranças. Período analisado: 12 meses	Total do Recolhimento Previdenciário Anual das Unidades Gestoras: R\$3.309.729,88
1.2.10	Disponibilidades financeiras - contas específicas	EXTBAN; Balanço Patrimonial – BALPAT; Resumo mensal das aplicações e disponibilidades financeiras do ABPREV	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	CONTAS DE DISPONIBILIDADE E CONTAS DE FUNDOS BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: N° 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69	SALDO FINAL DE ENCERRAMENTO DAS CONTAS NO EXERCÍCIO DE 2021 BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 – <u>R\$ 6.103.035,76</u> 03.543.447/0001-03 <u>R\$ 4.698.930,55</u>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>BANESTES: CONTA: N° 16.517.849, FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26</p> <p>CONTA: N° 16.518.375 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10</p> <p>CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 23.215.097/0001-55:</p> <p>BANESTES – CONTA 16.518.375 CONTA 16.517.849</p> <p>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONTA 0045-9</p>	<p>07.111.384/0001-69 <u>R\$1.262.701,75</u></p> <p>CONTA: N° 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 <u>R\$ 128.415,78</u></p> <p>BANESTES: CONTA: N° 16.517.849, FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$5.235.977,84</u></p> <p>09.594.596/0001-70 <u>R\$3.839.286,22</u></p> <p>20.230.719/0001-26 <u>R\$4.335.870,81</u></p> <p>CONTA: N° 16.518.375 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$ 1.087.539,90</u></p> <p>CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 <u>R\$1.901.424,55</u></p> <p>10.740.670/0001-06 <u>R\$ 2.075.002,95</u></p> <p>23.215.097/0001-55: <u>R\$6.050.847,92</u></p> <p>BANESTES – CONTA: 16.518.375 <u>R\$44.787,80</u></p>
--	--	--	--	--	---	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						CONTA: 16.517.849 <u>R\$ 431.872,22</u> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONTA: 0045-9 <u>R\$ 16.626,56</u>
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial - Plano de Equacionamento	Lei Municipal nº 1.628/2021 Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; RELCUST	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Lei Municipal nº 1.628/2021 aprovada em 26.05.2021; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002;	Período Analisado 12 meses
1.2.15	Escrituração Contábil - Registro das provisões matemáticas previdenciárias	DEMAAT; BALVER; BALATU	LC 101/2000, art.69; Lei 4.320/1964, art.100. Lei 9.717/98, art. 1º. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC, MCASP, Portaria MPS 403/2008, art.17 e demais correlatas.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em especial ao registro das provisões matemáticas previdenciárias.	PROVISÕES ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL ELEMENTO DE DESPESA 2.2.7.2.0.00.00 2.2.7.2.1.00.00 2.2.7.2.1.03.00 2.2.7.2.1.03.01 2.2.7.2.1.03.02 2.2.7.2.1.03.03 2.2.7.2.1.03.04 2.2.7.2.1.03.05 2.2.7.2.1.03.07 2.2.7.2.1.04.00 2.2.7.2.1.04.01 2.2.7.2.1.04.02 2.2.7.2.1.04.03 2.2.7.2.1.04.04 2.2.7.2.1.04.06 2.2.7.2.1.05.00 2.2.7.2.1.05.98 2.2.7.2.1.06.00 2.2.7.2.1.07.00	Período Analisado: 12 meses
1.2.17	Conciliação de contas	DELQUIT; BALPAT	IN regulamentadora	Consistência do saldo devedor da declaração de	Não há registro de créditos previdenciários a receber, em razão de	Saldo devedor da DELQUIT: R\$0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

			da remessa de prestação de contas IN 68/2020 do TCEES	quitação (DELQUIT) com registro de créditos previdenciário a receber (BALPAT)	o que todas as contribuições previdenciárias, foram recolhidas e pagas pelos órgãos e entidades da Administração Pública vinculados ao RPPS no exercício de 2021.	Conta - Direitos a receber do Balanço patrimonial: R\$0,00
1.2.18	Conciliação de contas	DELQUIT; DEMREC; RELGES	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas IN 68/2020 do TCEES	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC)	Conforme a conciliação dos demonstrativos da Declaração de Quitação – DELQUIT, e Relatório de Gestão - RELGES, verifica-se que os demonstrativos e relatórios refletem a inexistência de saldo devedor constante de contribuições previdenciárias.	Receitas Devidas de Contribuições previdenciárias: R\$3.397.300,21 Receitas Recebidas de Contribuições previdenciárias: R\$3.397.300,21 Diferença: R\$ 0,00 DELQUIT: R\$0,00
1.2.19	Conciliação de contas	Arquivos: BALATU BALVER	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas IN 68/2020 do TCEES	Consistência do balanço atuarial (BALATU) com o registro de provisões matemáticas previdenciárias (BALVER)	Consistência entre os balanços analisados.	Período analisado: 12 meses
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis-registro contábil compatibilidade com inventário.	BALPAT TERIMO TERMOV INVIMOV INVIMO INVINT	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Saldo de valores da classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVIMOV e do Inventário Anual de bens imóveis – INVIMO.	Valor Total dos Bens Móveis: R\$ 26.355,58 Valor Total dos Bens Imóveis: R\$ 50.000,00 Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.3.3	Disponibilidades financeiras- depósito e aplicação	EXTBAN - Extratos bancários do final do exercício de 2021 Resumo mensal das aplicações e disponibilidades financeiras do ABPREV	LC 101/2000, art. 43 c/c §3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	CONTAS DE DISPONIBILIDADE E CONTAS DE FUNDOS BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: N° 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 BANESTES: CONTA: N° 16.517.849, FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: N° 16.518.375 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: N° 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Período analisado: 12 meses Saldo em espécie para o exercício seguinte: R\$ 37.212.320,61
1.3.4	Disponibilidades financeiras- depósito e aplicação	EXTBAN - Extratos bancários do final do exercício de 2021 BALFIN BALPAT	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os	CONTAS DE DISPONIBILIDADE E CONTAS DE FUNDOS BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2 FUNDOS: CNPJ	SALDO FINAL DE ENCERRAMENTO DAS CONTAS NO EXERCÍCIO DE 2021 BANCOS: BANCO DO BRASIL CONTA: N° 10.671-2



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	DEMFOA		valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	11.328.882/0001-35 03.543.447/0001-03 07.111.384/0001-69 CONTA: Nº 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 BANESTES: CONTA: Nº 16.517.849, FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 09.594.596/0001-70 20.230.719/0001-26 CONTA: Nº 16.518.375 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: Nº 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 10.740.670/0001-06 As demonstrações contábeis evidenciam a integridade dos valores depositados em Conta Corrente e Aplicação Financeira. Período analisado: 12 meses	FUNDOS: CNPJ 11.328.882/0001-35 – <u>R\$ 6.103.035,76</u> 03.543.447/0001-03 <u>R\$ 4.698.930,55</u> 07.111.384/0001-69 <u>R\$1.262.701,75</u> CONTA: Nº 10672-0 FUNDOS: CNPJ 07.111.384/0001-69 <u>R\$ 128.415,78</u> BANESTES: CONTA: Nº 16.517.849, FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$5.235.977,84</u> 09.594.596/0001-70 <u>R\$3.839.286,22</u> 20.230.719/0001-26 <u>R\$4.335.870,81</u> CONTA: Nº 16.518.375 FUNDOS: CNPJ 05.357.507/0001-10 <u>R\$ 1.087.539,90</u> CAIXA ECONOMICA FEDERAL: CONTA: Nº 0045-9 FUNDOS: CNPJ: 10.740.658/0001-93 <u>R\$1.901.424,55</u> 10.740.670/0001-06 <u>R\$ 2.075.002,95</u> 23.215.097/0001-55: <u>R\$6.050.847,92</u>
--	--------	--	--	--	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>BANESTES – CONTA: 16.518.375 <u>R\$44.787,80</u></p> <p>CONTA: 16.517.849 <u>R\$ 431.872,22</u></p> <p>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONTA: 0045-9 <u>R\$ 16.626,56</u></p> <p>EXTBAN - Saldo disponível nas contas do RPPS no final do exercício de 2021: R\$ 37.212.320,61</p> <p>BALPAT: Ativo Circulante: R\$ 37.212.320,61</p> <p>BALFIN Saldo em espécie para o exercício seguinte: R\$ 37.212.320,61</p> <p>DEMFCA: Total de disponibilidade de fluxo de caixa: R\$ 37.212.320,61</p> <p>Período analisado: 12 meses</p>
--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.5.12	Orçamento	Lei Municipal nº 1.605/2020 BALPAT BALFIN	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se o orçamento está utilizando a correta fonte de recursos definida por Resolução deste Tribunal, aplicáveis a gestão previdenciária.	Fontes de Recursos: 14100000001 – Recursos vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário – Poder Executivo 14100000002 – Recursos vinculados ao RPPS – Plano Previdenciário – Poder Legislativo 14300000000 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração.	Fonte de recursos classificadas em conformidade com a IN 68/2020 do TCEES Período analisado: 12 meses
2.5.13	Orçamento	Lei Municipal nº 1.605/2020 BALFIN BALPAT	Lei 4.320/64 e MCASP	Verificar se no orçamento do RPPS que recebe cobertura de insuficiência financeira para complementação da folha de benefícios possui despesa fixada no mesmo montante correspondente na fonte de recursos do tesouro.	Em análise ao BALFIN e BALPAT em confronto com a Lei Orçamentária Anual – LOA, verifica-se que o Instituto de Previdência do Município de Águia Branca/ES, não apresenta insuficiência financeira para complementação da folha de benefícios.	Período analisado: 12 meses
2.5.18	Avaliação atuarial reavaliação anual	Reavaliação Atuarial nº1.707 Ano-Calendário 2022, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) - Lei Municipal nº 1.628/2021; http://www.cmab.es.gov.br/upload/s/lei/lei-ordinaria-1628-2021-1622203817.pdf BALVER BALPAT	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Reavaliação Atuarial 2021 ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) Reavaliação atuarial nº1.578 Ano-Calendário 2021, disponível no site oficial da prefeitura de Águia Branca. http://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?documento_tipo=10	Em confronto dos valores registrados em provisões de longo prazo no BALPAT e BALVER com as informações contidas na Reavaliação Atuarial nº1.707 Ano-Calendário 2022, verificou-se que o ABPREV realizou a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios para manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial. Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.5.19	Cálculo atuarial data base	Reavaliação Atuarial nº1.707 Ano-Calendário 2022, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) - Lei Municipal nº 1.628/2021; http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1628-2021-1622203817.pdf BALVER BALPAT	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF, normas brasileiras de contabilidade e regime de competência	Verificar se o RPPS realiza calculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício	Reavaliação Atuarial nº1.707 Ano-Calendário 2022, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) - Lei Municipal nº 1.628/2021; http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1628-2021-1622203817.pdf BALVER BALPAT	Reavaliação Atuarial nº1.707 Ano-Calendário 2022, ABPREV-ES (Responsável:Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) Data base dos dados cadastrais da Reavaliação Atuarial: 31/12/2021 Data base do BALVER: 31/12/2021 Data base do BALPAT: 31/12/2021
2.5.20	Plano de Amortização instituição por lei	Lei Municipal nº 1.628/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1628-2021-1622203817.pdf	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 18, §1º.	Verificar se foi instituído por lei plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial com prazo máximo de 35 anos.	Lei Municipal nº 1.628/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1628-2021-1622203817.pdf	Lei Municipal nº 1.628/2021. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1628-2021-1622203817.pdf
2.5.21	Plano de Amortização estudo de viabilidade	SUSTEN -Lei Municipal nº 1.628/2021. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1628-2021-1622203817.pdf	Art. 40 da CF/88, art. 1º e 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 19 e 20.	Verificar se foi elaborado estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites de despesas de pessoal, por	SUSTEN Lei Municipal nº 1.628/2021. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1628-2021-1622203817.pdf	Lei Municipal nº 1.628/2021 Tabela de Equacionamento do Déficit Atuarial Período: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		<u>s/lei/lei-ordinaria-1628-2021-1622203817.pdf</u>		todo o período de duração do plano de amortização do déficit atuarial.	<u>-ordinaria-1628-2021-1622203817.pdf</u>	
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	BALVER	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Elemento de Despesa - 421120300000 Contribuições Previdenciárias para Amortização do Déficit Atuarial R\$ 1.227.508,91	Elemento de Despesa - 421120300000 Contribuições Previdenciárias para Amortização do Déficit Atuarial R\$ 1.227.508,91 Período: 12 meses
2.5.23	Segregação de planos - estabelecimento por lei	Lei Municipal nº 1590/2020 Lei Municipal nº 1628/2021 Lei Municipal nº 523/2002; BALORC BALFIN BALPAT	Art. 40 da CF/88, art. 1º, 50, III e 69 da LRF. Portaria MPS 403/08, art. 21 caput.	Verificar se houve separação financeira, orçamentária e contábil do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário foi implementada por lei, e que permita a emissão de demonstrações contábeis segregadas para cada plano.	O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Água Branca-ES não apresenta segregação de massa.	Ausência de Plano Financeiro no ABPREV, razão pela qual não se demonstra necessária a segregação de massa. Implementação do Plano Previdenciário por meio da Lei Municipal. BALORC BALFIN BALPAT
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Relatório de Censo Previdenciário, Recadastramento e Prova de Vida – RELCENS - Relatório de Gestão RELGES BASECD – Base de Dados Cadastral	Lei Federal 10.887/2004, em seu art. 9º, inciso II. Portaria MPS 403/2008, arts.12 a 14.	Verificar se o PPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”.	Recenseamento e recadastramento de 100% dos servidores aposentados e pensionistas realizado no período de 01.10.2021 a 30.10.2021.	Inativos: 09 servidores Pensionistas: 06 servidores Período Analisado: 12 meses
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	RELGES Decreto Municipal nº 9.093/2020; Decreto Municipal nº 9.381/2021;	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alíneas “b” e “c”.	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 9.093/2020;	Decretos de Instituição do Comitê de Investimento: Decreto Municipal nº 9.093/2020;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Decreto Municipal nº 9.5972021			Decreto Municipal nº 9.381/2021; Decreto Municipal nº 9.5972021.	Decreto Municipal nº 9.381/2021; Decreto Municipal nº 9.5972021.
						Período Analisado: 12 meses
2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões	RELGES Livro Ata de Registro das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê de Investimentos do ABPREV – Livro nº 01.	Portaria MPS 519, de 24 de Agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas “b” e “c”.	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que as deliberações foram registradas em atas.	Reuniões do Comitê de Investimento: -24/02/2021; - 11/05/2021; - 27/05/2021; -15/12/2021. Livro Ata de Registro das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê de Investimentos do ABPREV – Livro nº 01.	Em consulta ao Relatório de Gestão – RELGES, em confronto com o Livro Ata de Registro das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê de Investimentos do ABPREV, verifica-se o cumprimento de periodicidade na realização de reuniões.
						Período Analisado: 12 meses.
2.5.33	Comitê de investimentos Certificados dos membros	RELGES Decreto Municipal nº 9.093/2020; Decreto Municipal nº 9.381/2021; Decreto Municipal nº 9.5972021	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alínea “e”.	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	Membros do Comitê de Investimento: -Ines Gomes da Silva: Qualificação: CPA 10; -Adriana Santos de Lima Barbalho: Qualificação: não possui CPA 10; - Gilvani Pereira Rosa: Qualificação: CRC/ES nº020046/O-7 e CPA 10. 02 de 03 componentes com qualificação técnica, ou seja, 66,66%.	100% dos componentes do Comitê de Investimentos analisados. 02 de 03 componentes com qualificação técnica, ou seja, 66,66%.
2.5.34	Política de Investimento	RELPOL https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/files/RELPOL-1.pdf	Lei 9.717/98, art.1º, § único e 6º, IV e VI; Resolução CMN 3992/2010, art. 4º.	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro subsequente.	O AGUIA BRANCA PREV elaborou a Política Pública de Investimento, disponível no site da Prefeitura Municipal de Águia Branca/ES. https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/files/RELPOL-1.pdf	Em conformidade com a legislação vigente o AGUIA BRANCA PREV elaborou a Política Pública de Investimento, disponível no site da Prefeitura Municipal de Águia Branca/ES. https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/files/RELPOL-1.pdf



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.5.38	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma	RELGES Consulta ao site do TCEES; Análise dos Pareceres concedidos para fins de Aposentadoria pela Controladora.	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidos pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Em análise ao Relatório de Gestão – RELGES, em confronto com os Pareceres emitidos pela Controladoria, e em consulta ao site do TCEES, verifica-se que no exercício de 2021, foram encaminhados todos os processos iniciados de aposentadoria para fins de registro no TCEES.	Listagem de Processos encaminhados para fins de registro ao TCEES: 07464/2021-3 07465/2021-8 03773/2021-3 03775/2021-2 03774/2021-8 03557/2021-9 03090/2021-8 03088/2021-1 02210/2021-2 02211/2021-7 02212/2021-1 02213/2021-6 02214/2021-1 02195/2021-1 02163/2021-1 02143/2021-4 02123/2021-7
2.5.39	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma	RELGES Consulta ao site do TCEES; Análise dos Pareceres concedidos para fins de Pensão por morte pela Controladoria .	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º	Verificar se as pensões concedidos pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Em análise ao Relatório de Gestão – RELGES, em confronto com os Pareceres emitidos pela Controladoria, e em consulta ao site do TCEES, verifica-se que no exercício de 2021, foram encaminhados todos os processos iniciados de pensão por morte para fins de registro no TCEES.	Listagem de Processos encaminhados para fins de registro ao TCEES: 02279/2021-5 02278/2021-1
2.5.45	Despesa Administrativa fixação em lei	Lei Municipal nº 522/2002.	Lei 9.717/98, art. 6. Portaria MPS 403/08, art. 15. Lei Municipal nº 522/2002	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Em conformidade com o art. 7º da Lei Municipal nº 522/2002, verifica-se através do dispositivo legal que a norma prevê percentual de 2% do valor total da remuneração dos servidores municipais destinado para as despesas administrativas. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/L5222002.pdf	Lei Municipal nº 522/2002, Art.7º. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/L5222002.pdf



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

QUADRO DE PESSOAL

No exercício do ano de 2021 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, a Unidade Central de Controle Interno, contou com o total de 03 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral do Município, 01 (um) Coordenador Técnico de Auditoria e um 01 (um) Auditor Público Interno efetivo.

Nesse sentido, ao final do ano de 2021, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

Funções	Vagas	2021
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	1
Auditor Público Interno	2	1
TOTAL DE SERVIDORES.....	05	03

Atualmente, a Controladoria Geral do Município apresenta uma melhora no déficit do quadro de servidores, tendo em vista que, com a mudança de Gestão Municipal, e posse do Prefeito Municipal atual, foram mantidos no Setor o total de 03 (três) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, apesar do preenchimento das referidas vagas, a alta demanda do exercício de 2021 prejudicou a execução completa das atividades do PAAI/2021, principalmente em razão do Auditor Público Interno, com formação em Ciências Contábeis cumprir carga horária semanal de 20h (vinte horas), insuficiente a atender as finalidades e demandas oriundas das Unidades Gestoras.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2021

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2021, ressalta-se a ocorrência do cumprimento parcial das atividades previstas no PAAI/2021, tendo em vista, como mencionado acima, a alta demanda da Unidade Central de Controle Interno, bem como a disposição de 01 (um)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Auditor Público Interno efetivo com formação em Ciências Contábeis com carga horária semanal de 20h (vinte horas).

2.1 Auditoria Interna executada

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que, a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias de natureza contábil nas Unidades Gestoras.

Partindo da análise do **Cronograma de Auditorias e Atividades do Controle Interno no exercício de 2021**, destacamos que foram previstas, 09 (nove) Auditorias a serem realizadas no exercício de 2021, contudo, em razão das demandas oriundas do Tribunal de Contas Estadual, do Ministério Público Estadual e da Secretaria de Estado de Controle e Transparência, somente foram executadas 04 (quatro) Auditorias, sendo necessário, além das previstas, a abertura de 04 (quatro) Auditoria Extraordinárias, em razão das demandas de órgãos de controle externo, totalizando a abertura de 08 (oito) Auditorias no exercício de 2021, sendo 01 (uma) Auditoria Extraordinária pendente de elaboração de Relatório, conforme transcreve abaixo:

AUDITORIAS INICIADAS EM 2021		
1) Auditorias do PAAI/2021 – 04 Auditorias executadas		
2) Auditorias Especiais Extraordinárias – 04 Auditorias executadas		
(Obs: 01 Auditoria pendente de Relatório)		
IDENTIFICAÇÃO	OBJETO	SITUAÇÃO
Processo nº 2265/2021	Auditoria Extraordinária para averiguação das inconsistências do Banco de Dados do público imunizado – Vacinação da Covid-19 (período de 18/01/2021 a 12/05/2021)	Concluído
Processo nº 2551/2021	Auditoria Extraordinária para averiguação das inconsistências do Fundo Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Águia Branca no Portal da Transparência do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 2552/2021	Auditoria Extraordinária para averiguação das inconsistências no Portal da Transparência do sítio eletrônico da Câmara Municipal de Águia Branca	Concluído



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Processo nº 3256/2021	Auditoria Extraordinária para Avaliação do Sistema de Registro de Ponto dos Servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca/ES	Em andamento
Processo nº 4619/2021	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 4620/2021	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se as contratações por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24, 25 e 26 da Lei 8666/93 Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde	Concluído
Processo nº 4621/2021	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar o pagamento tempestivo das obrigações previdenciárias – parte patronal. Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca	Concluído
Processo nº 4622/2021	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Câmara Municipal de Águia Branca	Concluído

Ressalta-se que, no ano de 2021 na UCCI do Município de Águia Branca, ficou estabelecido 01 (uma) Auditoria Interna Governamental de Conformidade de natureza contábil no PAAI/2021 de abrangência do AGUIA BRANCA PREV, referente aos itens de abordagem prioritária – 1.2 Gestão Previdenciária, selecionando o ponto de controle 1.2.2 – Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal, da Tabela Referencial 01 da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES, conforme transcrevo resumo abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ação de Auditoria 003/2021 do PAAI 2021 – Auditoria Governamental de Conformidade

Objetivo de auditoria: Pagamento das Obrigações previdenciárias – parte patronal do RPPS

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui e Menara Scaldaferrro Rodrigues

Prazo: 31 de dezembro de 2021

Regime de Competência: Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatório de Auditoria do Processo nº 4621/2021 – parte patronal RPPS Listagem de Pagamentos de Obrigações previdenciárias – parte patronal – ANEXO	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/02, art. 79 RPPS	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares	Valor Total de Contribuições previdenciárias – Parte Patronal RPPS no exercício de 2021: Câmara Municipal: R\$ 222.630,76 Fundo Municipal de Saúde: R\$462.552,36 Prefeitura Municipal: R\$1.723.539,92 Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal repassados ao RPPS no exercício de 2021 Período analisado: 12 meses

Conclui-se, em análise dos pagamentos das obrigações decorrente dos encargos patronais das entidades, referente às alíquotas normais e suplementares no período de 01.01.2021 a 31.12.2021, que foram atendidas as leis vigentes, de modo que se evidencia a tempestividade do repasse mensal das obrigações previdenciárias patronais, conforme art. 79, Lei Municipal nº 523/2002.

2.2 Outros procedimentos realizados e Análises Técnicas

Partindo da análise dos demais procedimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2021, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES 28/2013 e Resolução nº 227/2011 TCEES e demais disposições legais aplicáveis, no tocante aos procedimentos adotados pelo Controle Interno no ano de 2021, foram expedidas diversas Recomendações e Alertas ao Instituto de Previdência dos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Servidores Públicos Municipais de Águia Branca, conforme os Ofícios e Análises técnicas, citados abaixo:

- OFÍCIO/CGM/007/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a Comunicação dos Prazos Cidades – PCA/PCM 2021, conforme IN 68/2020 e alterações do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/012/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a Comunicação dos Prazos Cidades – envio de Remessa de Folha de Pagamento, conforme IN 68/2020 e alterações do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/021/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao envio de Remessa Contratação no CidadES, conforme IN 68/2020 e alterações do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/037/2021 de SOLICITAÇÃO de atualização de informações no Portal da Transparência;
- OFÍCIO/CGM/048/2021 de orientação e alerta acerca da publicação da Nova Lei de Licitações e Contratos administrativos – Lei 14.133/2021;
- OFÍCIO/CGM/092/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a nomeação de servidor responsável pelo envio de Remessa Contratação no CidadES;
- OFÍCIO/CGM/093/2021 de RECOMENDAÇÃO para que a Unidade Gestora realize a Retificação da Prestação de Contas Anual 2020 no prazo legal;
- OFÍCIO/CGM/120/2021 de comunicação quanto à participação na implantação do Regime de Previdência Social Complementar (RPC);
- OFÍCIO/CGM/125/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao Recadastramento de Servidores Públicos Inativos e Pensionistas;
- OFÍCIO/CGM/135/2021 e OFÍCIO/CGM/178/2021, de comunicação e orientação quanto as alterações referentes a Remessa de Folha de Pagamento, em conformidade com a IN 68/2020 do TCEES;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ressalta-se, que a Controladoria Geral do Município emitiu 19 (dezenove) pareceres com a finalidade de avaliar os processos de Aposentadoria e Pensões iniciados, com base na Instrução Normativa Municipal SPP - 03/2015, iniciado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, conforme transcrevo a seguir:

Processo nº 1917/2021	Processo nº 1961/2021
Processo nº 1918/2021	Processo nº 1984/2021
Processo nº 1919/2021	Processo nº 1985/2021
Processo nº 1920/2021	Processo nº 2000/2021
Processo nº 1921/2021	Processo nº 1814/2021
Processo nº 1922/2021	Processo nº 2014/2021
Processo nº 1923/2021	Processo nº 2017/2021
Processo nº 1925/2021	Processo nº 2077/2021
Processo nº 1930/2021	Processo nº 2078/2021
Processo nº 1962/2021	

No mais, a Controladoria Geral do Município acompanhou o processo de instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC), notificando os Responsáveis, participando das reuniões, bem como realizando Palestra aos servidores para apresentação da temática, que culminou com a implementação do RPC pela Lei Municipal nº 1.658/2021.

2.3 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes

No ano de 2021, foram elaboradas as seguintes Instruções Normativas:

- Elaboração da **Instrução Normativa SFI 02/2021 – Dispõe sobre os critérios para o cumprimento da Ordem Cronológica de exigibilidades das obrigações financeiras** regidas pelas leis federais nº 8666/93, nº 4320/64 , nº 10520/02;
- Atualização da **Instrução Normativa SCI 06/2021 – Manual de Auditoria Interna**, a fim de adequar e subsidiar os procedimentos de auditoria a serem desenvolvidos pela Controladoria Geral do Município de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.4 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõem a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de 2021 da Unidade Gestora - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Água Branca, de Presidência da Sra. Ines Gomes da Silva no período de 01/01/2021 até 14/12/2021 e, posteriormente sob a direção do Sr. Gilvani Pereira Rosa no período de 15/12/2021 até 31/12/2021.

Denota-se que o exame teve por objetivo, o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal de Água Branca, em face ao cumprimento da Norma Constitucional prevista nos arts. 70 e 74 da CRFB/88 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, e consoante as determinações contidas na Instrução Normativa 68/2020, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELUCI, RELACI e INFOCI, que obrigatoriamente, compõe a Prestação de Contas Anual.

2.5 Acesso a Informação

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Água Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso ao cidadãos disponíveis no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Águia Branca.

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016 pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Prefeitura Municipal de Águia Branca e Câmara Municipal de Águia Branca.

Além disso, em maio de 2019, o Município de Águia Branca, através do Decreto nº 8.440/2019, regulamentou a criação da Ouvidoria Municipal, órgão ligado diretamente a Controladoria Geral, tendo como âmbito de ação a coordenação e o controle das ações municipais através da relação institucional direta com os munícipes nas questões relativas ao recebimento de sugestões, solicitações reclamações e denúncias acerca dos atos da Administração Pública e suas Unidades Executoras.

No exercício do ano de 2021, todas as solicitações registradas no e-SIC e na e-OUV (ouvidoria) foram atendidas conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação
Ano de 2021

MÊS	Quantidade de Solicitações	Total 2021
Janeiro	10	26 pedido de acesso à informação e/ ou Ouvidoria
Fevereiro	01	
Março	02	
Abril	01	
Maio	0	
Junho	02	
Julho	01	
Agosto	02	
Setembro	03	
Outubro	01	
Novembro	02	
Dezembro	0	



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.6 Portal Transparência

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.

Em consulta realizada no Portal da Transparência, o cidadão possui acesso ao detalhamento das informações do legislativo, compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município encaminhou **RECOMENDAÇÃO** ao Instituto de Previdência, para fins de garantir o comprometimento em zelar pela transparência em sua gestão e possibilitando o aumento do Índice de Transparência Municipal Eletrônica, garantindo maior controle social por parte dos órgãos de controle, e possibilitando a melhora na publicidade dos dados públicos.

2.7 Treinamentos dos Servidores da CGM

No exercício de 2021, a Equipe da Unidade Central de Controle Interno participou de diversos Cursos de Capacitação, conforme se menciona a seguir:

- Curso prático de análises e auditorias que subsidiam a elaboração dos relatórios de controle interno a enviar em 2021 ao TCEES na PCA, realizado nos dias 25.02.2021 e 26.02.2021 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Webinar: A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) e suas principais inovações, realizado em 20.04.2021 (online), totalizando 03 horas/aulas, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Curso de Controle Interno, Auditoria e Certificação da Prestação de Contas Anual, realizado nos dias 23.08.2021 a 27.08.2021 (online), totalizando 20



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

horas/aula, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

- Participação no II Fórum de Controle Interno – XV Reunião técnica, realizada nos dias 26.08.2021 e 27.08.2021 na Serra/ES, ministrado pela FECONTEs;
- Curso da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD: Os primeiros passos para regulamentar e implantar nos municípios, realizado nos dias 28.09.2021 e 29.09.2021 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Curso de Auditoria em Folha de Pagamento, realizado nos dias 13.11.2021, 14.11.2021, 15.11.2021, 18.11.2021 e 19.11.2021 (online), totalizando 20 horas/aula, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Curso da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, realizado nos dias 22.11.2021 e 23.11.2021, totalizando 16 horas/aula em Nova Venécia/ES, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Curso de Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para Licitações e Elaboração de Termo de Referência, realizado nos dias 24.11.2021 e 25.11.2021 em Nova Venécia/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST.

3. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG.

COD	PONTO DE CONTROLE	Base legal	INFORMAÇÕES ANALISADAS	PROCEDIMENTO A SER ADOTADO	Universo do Ponto de Controle ³	Amostra Seleccionadas

COD	Achados	Proposições/Alertas	Situação

OBS: NÃO HÁ OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2021.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

**4. ATENDIMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS CONTROLE EXTERNO,
FISCALIZAÇÃO E LEVANTAMENTO.**

Quanto aos atendimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno, denota-se inicialmente, que se encontra em andamento no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo o Processo 03524/2017-6 referente à Fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças no Município de Águia Branca decorrente de Auditoria realizada pelo TCEES na Administração Tributária dos Municípios do Estado do Espírito Santo no ano de 2017, que apurou indícios de irregularidades no Setor da Tributação.

Vale mencionar que, a Controladoria Geral depois de realizados os levantamentos na Secretaria Municipal de Finanças, elaborou PLANO DE AÇÃO no ano de 2017, que foi encaminhado ao TCEES no intuito de adotar medidas e os respectivos resultados para sanar as irregularidades na Área de Administração Tributária Municipal.

Por conseguinte, o TCEES aprovou o PLANO DE AÇÃO apresentado pelo Controlador Geral Municipal do exercício do ano anterior, sendo proposto pelo TCEES que a Controladoria Geral do Município proceda ao monitoramento do cumprimento do presente Plano de Ação e encaminhamento ao referido Tribunal quanto aos resultados obtidos.

Ante o exposto, consoante análise do referido Plano, em razão dos prazos vencidos e da mudança de Gestor, foi realizado protocolo junto ao TCEES, encaminhando um novo PLANO DE AÇÃO reestruturado, com novos prazos e indicando o cumprimento das ações concluídas até o exercício de 2021.

Além disso, quanto aos Questionários encaminhados pelo TCEES no ano de 2021, todos foram devidamente respondidos a fim de contribuir com os levantamentos e fiscalizações desse órgão de Controle Externo.

Assevera-se ainda, quanto as demandas encaminhadas pelo TCEES ao Controle Interno, se destaca:

- Fiscalização de acompanhamento da regularidade das Folhas de pagamento no exercício de 2021 – TC 3411/2021-4;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Notícia de irregularidade TC nº 00415/2021-1 para apurar a necessidade da Aquisição de Livros “Coronavírus: Todos Juntos no Combate!” pela Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde;
- Recomendação para instituição do Regime de Previdência Complementar – RPC pelo Poder Executivo Municipal.

5. ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

No tocante as demandas do Ministério Público Estadual, o órgão de Controle Interno atende as solicitações encaminhadas a cargo de fiscalização e apoio ao controle externo ministerial.

Desse modo, alcançam destaque a demanda referente à Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (e-PREVENÇÃO), e a demanda referente à solicitação de abertura de AUDITORIA no Sistema de Registro de Ponto dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, que se encontra em fase de ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos levantamentos realizados pelo Controle Interno, e das documentações e informações prestadas, ponderou-se que as atividades relacionadas ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais – ÁGUA BRANCA PREV a serem desenvolvidas pelo Controle Interno no ano de 2021 através do PAAI/2021 e da análise dos itens de controle da IN 68/2020 do TCEES, foram executados de acordo com a disponibilidade temporal do Controle Interno.

Para o exercício de 2022, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a continuidade da reestruturação da UCCI, visando ainda à implantação na Autarquia Municipal das inovações da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pelo Controle Interno, com a formulação de metas e análise de matriz de risco para os anos subsequentes.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ademais, a CGM fará ações para a implementação efetiva de Normas de procedimentos administrativos, visando à padronização e o cumprimento dos regramentos estabelecidos pelas legislações vigentes no tocante ao cumprimento das exigências deste Tribunal de Contas Estadual.

Águia Branca/ES, 24 de março de 2021.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021